MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 4013/2015

1 — Por despacho do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, de 31 de março de 2015, nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 5.º e do artigo 44.º, ambos do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro, bem como da alínea j) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de outubro, mantida em vigor por força do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro, determino que a Primeira-Secretária de Embaixada — pessoal diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros — Ana Rita Azevedo San Payo de Araújo, colocada na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia — REPER, em Bruxelas, pelo Despacho (extrato) n.º 14632/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 185, de 22 de setembro, seja transferida para os serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — O referido despacho produz efeitos a partir de 31 de março de 2015.

1 de abril de 2015. — A Diretora Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Maria da Luz Andrade*.

208549935

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 239/2015

Portugal, como membro da União Europeia, participa, desde 2010, na missão militar “*European Union Training Mission — EUTM Somália*”, instituída pelo Conselho da União Europeia, através da Decisão 2010/96/PESC, de 15 de fevereiro de 2010, alterada e prorrogada pela Decisão 2011/483/PESC, de 28 de julho de 2011, ministrando formação militar específica às forças somalis.

Permanecendo a conjuntura que determinou o estabelecimento da EUTM Somália, o Conselho da União Europeia aprovou a Decisão 2014/860/PESC, de 1 de dezembro de 2014, que altera e prorroga a sua Decisão 2012/173/PESC, até 31 de dezembro de 2016, mantendo o seu cariz de missão militar de formação e apoio técnico, tendo por objetivo contribuir para a criação e reforço das Forças Armadas Nacionais da Somália, sob tutela do Governo nacional da Somália, em consonância com as prioridades e necessidades deste país.

Neste pressuposto, Portugal manterá os seus compromissos no âmbito da União Europeia, prorrogando a missão militar portuguesa na EUTM Somália, até 31 de dezembro de 2016, de apoio às atividades de formação das Forças Armadas Nacionais da Somália.

O estatuto dos militares das Forças Armadas envolvidos em missões humanitárias e de paz, fora do território nacional, no quadro dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, está definido no Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de dezembro, com as alterações identificadas em baixo.

O Conselho Superior de Defesa Nacional emitiu parecer favorável à continuação da participação de Portugal nesta missão, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 17.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto.

A Assembleia da República foi informada, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 46/2003, de 22 de agosto.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 12.º e nas alíneas f) e n) do n.º 3 do artigo 14.º, ambos da Lei de Defesa Nacional e nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 348/99, de 27 de agosto e 299/2003, de 4 de dezembro, determina o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

1- A participação portuguesa na missão EUTM Somália, prevista na Portaria n.º 55/2012, de 14 de dezembro de 2011, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 39, de 23 de fevereiro de 2012, é prorrogada até 31 de dezembro de 2015, com efeitos a partir de 1 de abril de 2015, podendo ser renovável por períodos de 6 meses, sob proposta do CEMGFA.

2- A Portaria n.º 527/2013, de 5 de fevereiro de 2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 148, de 2 de agosto de 2013, é revogada pela presente Portaria.

1 de abril de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

208554932

Secretaria-Geral

Despacho n.º 4014/2015

Considerando que se encontra vago o cargo de Diretor de Serviços de Planeamento e Coordenação da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (SG/MDN).

Considerando que importa garantir o normal funcionamento da Direção de Serviços de Planeamento e Coordenação.

Considerando que o Licenciado Rui Guilherme Matias Rodrigues Susana possui o perfil, a necessária experiência e aptidão técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de Diretor de Serviços de Planeamento e Coordenação da SG/MDN, conforme síntese curricular que se anexa ao presente despacho.

Considerando ainda que o Licenciado acima referido reúne os requisitos legais para o provimento no referido cargo conforme o exigido no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual:

1 — Designo, em regime de substituição, no cargo de Diretor de Serviços de Planeamento e Coordenação da SG/MDN, ao abrigo do estatuto nas disposições conjugadas do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e nos artigos 1.º e 3.º da Portaria n.º 86/2012, de 30 de março, o Licenciado Rui Guilherme Matias Rodrigues Susana.

2 — A presente designação produz efeitos à data do despacho.

14 de abril de 2015. — O Secretário-Geral, *Gustavo André Esteves Alves Madeira*.

Síntese Curricular

Rui Guilherme Matias Rodrigues Susana, natural de Monchique, nasceu em 10/01/1969. Ingressou na administração pública em 01/12/1991 onde tem vindo a exercer diversos cargos, nomeadamente, Chefe de Divisão de Gestão Interna da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional (2013-2015); Diretor de Serviços de Informação e Relações Públicas da ADSE (2012-2013), Vice-Presidente do Instituto Português da Juventude com os pelouros Financeiro, Administrativo, Jurídico e Associativismo (2008-2012), Diretor de Departamento de Associativismo (2006-2008). Exerceu ainda funções de Presidente do Conselho de Fundadores da Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação; Representante da área da juventude no Conselho Consultivo da Fundação INATEL; Assessor do Gabinete do Secretário da Administração Interna para as áreas do processo eleitoral, policiamento de proximidade e programa de informatização das juntas de freguesias (REGIFREG). Teve ainda outras experiências profissionais de coordenação e gestão como coordenador do Núcleo de Promoção e Imagem do IPJ, Gestor do projeto e coordenador operacional da Linha da Juventude, Coordenador Nacional de comunicação e imagem da área da juventude.

Fez parte de diversas comissões e grupos de trabalho nomeadamente a Comissão Técnica para a redação da LO do MDN (2013-), Comissão de Acompanhamento responsável pela verificação da implementação do *Campus* de Saúde Militar e da execução operacional da expansão do HFAR/PL, (2013-), Grupo interministerial, coordenado pela Autoridade Marítima Nacional, para delineação da estratégia integrada de prevenção e segurança para as atividades realizadas nas praias, piscinas e recintos de diversão aquática (2011), Comité de Seleção do Programa Europeu Juventude em Ação (2006-2008), Comissão Interministerial para o Dia da Defesa Nacional (2004), Comissão Interministerial para o Programa PIJVA (1996).

É licenciado em Design tendo frequência do Curso e Alta Direção em Administração Pública. Participou em diversas conferências, seminários e ações de formação de formação de curta duração subordinadas a temas relativos à gestão orçamental, contratação pública, gestão de RH, fundos comunitários, gestão de projetos e planeamento estratégico.

208576381

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Guarda Nacional Republicana

Comando-Geral

Despacho n.º 4015/2015

Por meu despacho de 24 de março de 2015, proferido no uso da competência delegada pelo Despacho n.º 323, de 17 de dezembro de 2014, do Exm.º Comandante-Geral, é cessada a demora na promoção, nos termos do n.º 2 do artigo 136.º e promovido ao posto de Cabo-Chefe, por antiguidade, o Cabo de Infantaria (1896132) António Manuel Pereira